



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 196 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2019 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€

**MAIS  
90€  
PARA  
TODOS**

**é urgente,  
possível e  
necessário,  
já a partir de  
Janeiro 2020**

## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 Os problemas no Complexo Municipal Olivais 2**
- 4 STML reúne com o Executivo Municipal**
- 8 Reuniões com os Executivos de Juntas de Freguesia**
- 11 No Urbanismo, há quem se afogue em papel...**
- 12 Exige-se um edifício único para o Arquivo Municipal de Lisboa**
- 14 (in)culturas municipais**
- 18 Solidariedade internacional com os povos que não se deixam vergar**
- 20 Manifesto Reivindicativo dos trabalhadores da administração pública**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 196 – NOVEMBRO-DEZEMBRO 2019

[WWW.STML.PT](http://WWW.STML.PT)

**Director** Vítor Reis

**Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Lourenço, Paula Correia, Tiago Lopes, José Oliveira, Rogério Rodrigues e Henrique Bastos

**Propriedade**

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

**Administração e Redacção**

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Preço de capa** 0,01€

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

#### TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### EDITORIAL

Dos resultados das eleições de 6 de Outubro, valoriza-se desde logo não se ter alcançado qualquer maioria absoluta. O governo PS/António Costa, já constituído, terá que lidar com uma 'nova' maioria parlamentar de deputados à esquerda.

Sublinha-se igualmente a **derrota histórica dos partidos à direita**, sem desvalorizar, contudo, as novas formações que agora têm lugar na "casa da democracia", mesmo contra ela trabalhando, recuperando a verborreia do tempo da ditadura fascista de Salazar e Caetano. Referimo-nos aos casos do 'chega' e da 'iniciativa liberal', no essencial refugos paridos pelas e nas disputas internas dos 'velhos' partidos da direita e extrema-direita portuguesa (psd e cds-pp). Devemos estar atentos e interventivos, porque nunca será aceitável o regresso a tempos de má memória.

Ao novo Governo, interessa apontar o caminho que aprofunde o iniciado em 2015, no plano da recuperação de direitos e rendimentos. Entre 2015 e 2019 houve uma evolução, face ao desastre provocado por psd/cds entre 2011 e 2015, mas tímida face às expectativas dos trabalhadores. Será a sua capacidade de união, organização e luta que determinará o caminho para 2020. Se avançamos, estagnamos ou retrocedemos. A responsabilidade é e será de todos, que ninguém se iluda.

Na cidade de Lisboa, chegamos ao fim do ano com inúmeras promessas sobre a resolução de tantos outros processos que há muito se arrastam, deixando no ar uma "gestão de expectativas" que não deixa, mesmo assim, fazer desesperar os trabalhadores da CML. **Regularização dos vínculos precários, avaliações e progressões, mobilidades e concursos, mudanças de instalações, intervenções no edificado e melhoria das condições de trabalho, em suma, investimento público em meios humanos, materiais e mecânicos que permitam serviços públicos municipais de qualidade.** Promete-se muito, pouco se vai resolvendo. No essencial, como 'velha cassete', os argumentos da "falta de verbas", de "incompetência das hierarquias", da "burocracia que tudo complica" ou, verdadeiramente, por ausência de vontade política.

**Porém, nunca há falta de milhões para os "web summit" deste mundo**, ou para os eventos de 'Lisboa, capital verde ou do desporto', tanto interessa, de um ou vários rock in rio, entre tantos outros exemplos. Milhões que se gastam à conta do pseudo "retorno" para a cidade. Alguém deve estar satisfeitíssimo com esse "retorno", mas seguramente não serão os trabalhadores do município, muito menos os lisboetas, ou o que o resta deles, já que têm sido sucessivamente despejados para fora da cidade, face aos preços selvagens da habitação, como consequência do negócio da especulação imobiliária. Realidade tão apadrinhada por este Executivo, que não dispensa, agora noutras funções, um prato sempre salgado.

Em muitas juntas de freguesia, o STML tem reunido com os trabalhadores, e depois com os executivos, procurando, em todas as dimensões possíveis, criar dinâmicas que permitam encontrar soluções a inúmeros problemas. A celebração de um ACEP, aperfeiçoado, é objectivo prioritário, alcançando mais e melhores direitos, como mais 3 dias de férias. Tal já foi possível em Carnide, Marvila, Penha de França, Santo António e Alvalade. No horizonte, prevê-se o mesmo resultado, tão desejado pelos trabalhadores, em São Vicente, Avenidas Novas e Lumiar. Mas não esqueçamos as restantes freguesias!

Nas empresas municipais, avançamos com uma proposta de aumento salarial para 2020, já entregue ao Conselho de Administração (CA) da Gebalis, preparando-se o mesmo caminho para a Egeac. Na SRU, será debatido com os trabalhadores a proposta de Acordo de Empresa a apresentar oportunamente ao respectivo CA.

A vida, o trabalho, a luta, constituem o inquebrantável triângulo que nos irá guiar no novo ano que se avizinha. **A todos os trabalhadores e às suas famílias, a Direcção do STML deseja boas festas!**



# Os problemas no Complexo Municipal Olivais 2

O STML visitou, a 10 e a 23 de Outubro, os serviços municipais instalados no Complexo Municipal dos Olivais 2 (CMO2), identificando um conjunto vasto de problemas. Esta informação, um 'relatório' constituído com imagens das várias situações por solucionar, foi formalmente entregue ao Presidente da CML, a todos os Vereadores do Executivo, às respectivas direcções municipais e aos eleitos da Assembleia Municipal de Lisboa.

Os referidos problemas, tanto percorrem o campo da saúde, higiene e segurança no trabalho, como apontam carências de meios humanos, materiais e mecânicos (em termos dos sectores operacionais, administrativos e técnicos), indispensáveis à qualidade, eficácia e eficiência dos serviços públicos municipais, nomeadamente os que se encontram sob a alçada da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), Direcção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia (DMEVAE) e Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), estruturados nos seus vários departamentos e divisões respectivas. Do extenso relatório produzido pelo STML, destacam-se os seguintes pontos:

- 1 Falta de pessoal.** Nas carreiras de assistente operacional (AO), assistente técnico (AT) e técnico superior (TS), envolvendo várias profissões e áreas de formação.
- 2 Condições de trabalho.** Verificam-se deficiências e constrangimentos de várias ordens, muitos deles desrespeitando inclusive a legislação em vigor sobre saúde e segurança no trabalho.
- 3 Fardamentos e equipamentos de proteção individual (EPI).** Verificam-se processos morosos na substituição dos vários itens (ex-electricistas), ou mesmo materiais inadequados à profissão (ex-soldadores).
- 4 Ausência de meios materiais e mecânicos,** em praticamente todas as áreas de trabalho.
- 5 Ausência dos respectivos planos de emergência e MAPs.** Prioridade que deve ser encarada por área de actividade,

mas também em termos mais gerais, envolvendo todo o complexo municipal.

Em suma, critica-se a ausência de uma política de "recursos humanos" que atempada e adequadamente permita a renovação e rejuvenescimento destes importantes sectores, além da inexistência de investimento público que resolva e colmate os problemas e carências observados. Perante o actual cenário, são expectáveis consequências negativas, tais como:

- 1 Incapacidade total de resposta,** a curto-médio prazo, do sector oficial;
- 2 Desvalorização da formação profissional** no local de trabalho, só possível através da partilha, no tempo e no espaço, do conhecimento e experiência acumulados ao longo de décadas pelos trabalhadores agora em vias de aposentação (principalmente no sector oficial).
- 3 Trabalhos que necessitam de mais tempo e mais esforço físico** da parte dos trabalhadores, prejudicando a sua saúde e tornando mais morosos os processos em que são chamados a intervir;
- 4 Indissociável do ponto anterior, a degradação acelerada na qualidade e eficácia** do serviço público prestado;
- 5 Recurso abusivo a empreitadas e concessões a empresas privadas** para trabalhos em áreas de interesse público, alimentando o ciclo de desresponsabilização da CML.

O STML não desvaloriza o investimento público já realizado no CMO2, que melhorou as condições de trabalho de determinados sectores profissionais. Contudo, está ainda muito aquém do que é necessário e se exige face às responsabilidades do Executivo, perante os seus trabalhadores, a cidade e a população de Lisboa. Muitas são as áreas de intervenção pública que dependem, parcial ou totalmente, dos serviços, e dos trabalhadores obrigatoriamente, sediados nestas instalações.



# STML reúne com o

## **A 9 de Outubro, o STML reuniu com o Vice-Presidente da autarquia e com os dirigentes da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH).**

Discutiu-se nesta data, o mapa de pessoal para 2020 e perspectivas de concursos de admissão e promoção e mobilidades.

A 5 de Novembro, numa segunda reunião, com o Vice-Presidente e o Vereador responsável pela Higiene Urbana e Protecção Civil, além dos dirigentes da DMRH e da Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), procurou-se esclarecer vários assuntos que têm suscitado inúmeras dúvidas e protestos por parte dos trabalhadores. Nomeadamente,

### **→ PREVPAP**

Dos 30 procedimentos concursais aprovados, já foram abertos 29, faltando o de enfermeiro. Prevê-se que no início de Janeiro, todos os trabalhadores, assinem o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

### **→ SIADAP e progressões na carreira**

Prossegue a entrega das fichas de avaliação homologadas, apesar de em alguns serviços o processo estar atrasado. Em 2019, estima-se que cerca de 2 mil trabalhadores progrediram na

carreira. Neste momento já progrediram 673 trabalhadores. No início de 2020, serão concluídos todos os processos.

Sobre reclamações (34) e pedidos de ponderação curricular, a DMRH informará individualmente os trabalhadores em questão, devendo o processo estar concluído até final deste ano. A CML está a avaliar a eleição de uma Comissão Paritária (CP) única, em vez das 18 actuais. Este tema será discutido em reunião própria com o STML. Neste momento existem 77 pedidos de apreciação às CP.

### **→ Mobilidades intercarreiras e intercategorias**

Foram finalmente concluídos os 31 processos iniciados em Janeiro de 2018. Os trabalhadores que ficaram fora das vagas existentes têm ainda possibilidades de serem integrados em mobilidade, uma vez que a reserva de recrutamento durará 18 meses. Foram já abertos 7 novos procedimentos correspondentes às necessidades para 2019. O processo continuará em 2020.

### **→ Concursos de Promoção**

Já em desenvolvimento as carreiras de fiscalização e de guarda-florestal. Os procedimentos da carreira de informática iniciar-se-ão em Novembro. Os Concursos de Promoção para en-

# Executivo Municipal

Photo by Andreas Brucker on Unsplash

carregado geral operacional e encarregado operacional, para os Cemitérios, DRMM, Espaços Verdes e Limpeza Urbana, abrirão no início de 2020.

## → Concursos Externos de ingresso

Estão abertos, neste momento, 16 processos. Contudo, face à incapacidade do INA em proceder aos exames de avaliação psicológica, a CML vai recorrer à contratação externa para solucionar este impasse, retomando durante o mês de Novembro os trâmites conhecidos. Até fim de 2019, abrirão mais 5 concursos.

## → Alteração de Horários de Trabalho

O STML debateu a proposta de alteração do horário de trabalho do NAGE (antigo SAL). A DMRH e a DMHU, ficaram de avaliar e agendar reunião. Processo semelhante sucede com a Biblioteca Palácio Galveias.

## → Profissões de Desgaste Rápido

O Sindicato questionou o facto do grupo de trabalho STML/CML, não reunir desde Junho de 2017. A DMRH ficou de marcar uma reunião para o mês de Dezembro.

## → Pagamento de retroactivos

A partir de Novembro, a CML passará a efectuar o pagamento, com retroactivos, do subsídio de transporte aos trabalhadores dos armazéns municipais do Prior Velho (antigo Figo Maduro).

## → Mudança de instalações e problemas nos locais de trabalho.

Foi finalmente encontrada uma solução para os Julgados de Paz num edifício localizado na baixa-pombalina. O Sindicato manifestou dúvidas sobre a divisão deste serviço por dois pisos não contínuos (1º e 4º). Sobre o SMPC, o Vereador responsável, assumiu que está um projecto de obras em desenvolvimento, face à degradação do actual edificado. O STML criticou a demora na resolução de inúmeros problemas que dependem da Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC, ex-DMPO). O Vice-Presidente, por solicitação do STML, agendou para 25 de Novembro uma reunião com esta direcção municipal.

Verificaram-se avanços na renegociação do ACEP em vigor, concretamente a atribuição de mais 3 dias de férias com avaliação positiva, contrapondo a CML que estes dias sejam atribuídos a todos os trabalhadores sem falta injustificadas no ano anterior. A expectativa é a sua celebração formal em Dezembro.

# Sapadores Bombeiros com problemas por superar e lutas para desenvolver



Há anos que o STML tem alertado o Executivo municipal e o Comando do RSB, para a necessidade urgente em melhorar as condições de trabalho, principalmente nos quartéis que mais parecem, nalguns casos, edifícios abandonados, do que propriamente instalações dignas e operacionais, onde profissionais indispensáveis à segurança da cidade e da sua população, passam a maior parte do seu tempo, em alerta permanente para intervir perante eventos indesejáveis, mas reais, que marcam a vida diária de Lisboa.

São os sapadores bombeiros os guardiões do socorro na cidade, por vezes, até completando carências e dificuldades noutras partes do país. De promessa em promessa, este Executivo continua a protelar a resolução dos problemas há muito identificados e inúmeras vezes denunciados e reivindicados pelos trabalhadores e sindicato.

O STML nunca baixou os braços e não deixará de mobilizar e pressionar quem tem a responsabilidade política de melhorar as condições de trabalho de quem arrisca a vida na defesa da vida dos outros. É este respeito que se exige e que até agora tem sido secundarizado.

No momento em que escrevemos este artigo, está previsto para 20 de Novembro, uma reunião entre o STML e o Vereador responsável pelo Pelouro que integra o RSB, onde se procurará, uma vez mais, **garantir respostas concretas sobre as reivindicações, os interesses e os direitos dos sapadores de Lisboa.**

No plano mais geral, constituído novo Governo, persistem matérias que urge corrigir, em termos dos direitos que uma carreira de bombeiro profissional exige, além das condições de aposentação, neste momento em moldes que prejudica os trabalhadores.

**O “novo” Governo deve arrepiar caminho nas decisões e nas suas opções políticas recentes,** que suscitaram a forte oposição dos trabalhadores mobilizados pelo STML, revogando e corrigindo a legislação que desprestigia, ofende e degrada a vida dos bombeiros profissionais, e dos sapadores de Lisboa em particular, enquanto elementos do maior e mais importante regimento do país.

O STML, através do seu Departamento de Bombeiros, irá encetar, oportunamente, nova ronda de reuniões com os vários partidos políticos com assento na Assembleia da República, objectivando repor direitos e justiça perante uma política que produziu legislação que em nada serve os interesses de quem este sindicato representa.

Cabrá aos sapadores bombeiros dar força ao seu Sindicato, intervindo de forma consciente e consequente na resolução dos seus próprios problemas. Com unidade, confiança e determinação, seremos sempre mais fortes e mais eficazes nos objectivos que todos pretendemos alcançar. **Em defesa e com a força de quem trabalha.**

# STML exige valorização dos trabalhadores das empresas municipais de Lisboa

É neste contexto que se integra a SRU. Das cinco empresas municipais (EM) existentes na capital, a SRU é a única que não tem um Acordo de Empresa (AE). Para o STML, torna-se prioritário a celebração de tal acordo, assegurando direitos, garantias e as liberdades dos trabalhadores.

Os trabalhadores das empresas do sector empresarial público estão abrangidos pelo Código de Trabalho. Contudo, prestam serviço público e acabam por ser duplamente penalizados, quer pelos caprichos dos governos com políticas de direita, que constantemente agravam a leis laborais, quer pelas imposições da Lei do Orçamento do Estado aos trabalhadores da Administração Pública, que também se aplicam a quem trabalha nas EM.

Nos últimos meses, o STML tem estado a trabalhar na construção duma proposta de AE para a SRU. O documento será apresentado, em primeiro lugar, num plenário geral de trabalhadores, pois é matéria que obriga a uma discussão ampla, participada e democrática. Só depois, e com o aval de todos os trabalhadores, é que será remetido ao Conselho de Administração (CA) da empresa.

Neste momento, a SRU é responsável por uma série de grandes obras na cidade: construção, através do Programa de Renda Acessível, de 3 mil habitações para arrendamento; construção ou reabilitação de 14 novos centros de saúde e de diversos equipamentos no âmbito do Programa Centros de Saúde e Equipamentos; intervenção em 23 equipamentos ao abrigo do Programa Escolas e Creches; e intervenção em 12 espaços públicos de acordo com o respectivo programa. São grandes empreitadas que envolvem milhões de euros e que irão ter um impacto relevante na vida dos munícipes.

Os elementos que constituem os CA das empresas do sector empresarial municipal de Lisboa chegam aos lugares por via da confiança política. É o caso da recente e polémica recondução do anterior Vereador do Urbanismo como Presidente do CA da SRU. Um acto que, no fundo, consagra o esvaziamento das competências em causa na CML.

À margem das manobras políticas do Executivo camarário, o STML garante que não deixará de intervir em defesa dos direitos dos trabalhadores da SRU. Note-se que os recursos humanos da empresa registaram um crescimento muito abrupto em pouco tempo. Em apenas um ano, passaram de uma dezena de profissionais para mais de uma centena.

O objectivo do STML é apresentar uma proposta de AE para a SRU, como aconteceu com a EGEAC, há já 18 anos, e Gebalis, há apenas dois anos.

As convenções colectivas – Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) – são ferramentas laborais que funcionam como elementos unificadores e instrumentos de estabilização dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Elas constituem importantes meios para avançar na direcção de níveis mais elevados de justiça social e desenvolvimento.

A celebração de um AE na SRU garantirá a melhoria das condições de vida e de trabalho dos respectivos profissionais. Consequentemente, tal convenção colectiva contribuirá igualmente para a melhoria da qualidade dos serviços públicos que são prestados à população e à cidade.



# Reuniões com os Executivos

**Com o objectivo de resolver os problemas que afectam os trabalhadores, o STML reuniu durante o mês de Outubro com os responsáveis políticos de algumas juntas de freguesia.**

### São Vicente

A 10 de Outubro, com a Presidente Natalina Moura, sublinhou-se a falta de condições de trabalho onde se encontra a brigada de calceteiros, situação idêntica no polo de São Vicente. Abordou-se a falta no horário da tarde, de um encarregado operacional na higiene urbana, como no espaços verdes e calceteiros onde é necessário proceder à regularização dos trabalhadores que desempenham estas funções, ficando a Junta de adoptar as medidas necessárias nesse sentido. Assumiu ainda a reavaliação o contrato com a empresa de Medicina no Trabalho face às críticas sucessivamente referidas pelos trabalhadores. Por outro lado, tendo aceite a proposta de renegociação do ACEP apresentada pelo Sindicato, prevê-se para Novembro a sua celebração formal.

### Alvalade

A 22 de Outubro, teve lugar uma reunião com o vogal responsável pela higiene urbana. Entre os assuntos tratados salientamos a proposta defendida pelos trabalhadores da higiene urbana para o trabalho extraordinário a realizar aos sábados (das 8h00 às 14h00), ficando o executivo de avaliar esta possibilidade. Um outro assunto, é o que se prende com as consultas médicas no horário de trabalho. Trata-se de um direito dos trabalhadores, independentemente das justificações que sejam necessárias apresentar.

### Misericórdia

A 24 de Outubro reuniu-se com a Presidente Carla Madeira. A externalização da limpeza em torno dos Ecopontos foi um dos motivos que justificou a reunião, argumentando o Executivo que esta opção se deve à competência delegada pela CML, desconhecendo se a mesma se mantém para lá de 2021. O STML, defende que a Junta deve assumir totalmente a competência, contratando o pessoal e os meios necessários, a fim de manter todos os serviços sobre a sua responsabilidade directa. Outro problema apontado pelo STML foi a sobrelotação do posto de Limpeza Urbana da Rua Eduardo Coelho, agravada com a sua utilização pelos trabalhadores da empresa contratada. O STML defende que compete à CML, em conjunto com a Junta, proceder à construção de mais um posto de limpeza. Sobre a renegociação do ACEP existente, a Presidente ficou de reavaliar a proposta e a possibilidade da sua celebração para breve.

### Avenidas Novas

A 28 de Outubro reuniu-se com a Presidente Ana Gaspar. Entre os vários assuntos debatidos destacamos a conclusão do processo de avaliação referente ao biénio 2017/2018, sendo pago durante o mês de Novembro, o descongelamento das progressões a todos os trabalhadores que tenham atingido 10 pontos, sempre com retroactivos a Janeiro do corrente ano. O Executivo informou ainda, que irá abrir concursos de ingresso para a carreira de assistente operacional em Janeiro, para além de reforçar algumas áreas operacionais com carências de pessoal. Os concursos irão visar também a regularização dos trabalhadores que actualmente estão a recibos verdes. Sobre as condições do posto



# de Juntas de Freguesia

de higiene urbana da Rua Filipe da Mata, a Junta comprometeu-se a resolver os problemas brevemente. No plano da Renegociação do ACEP, irá o Executivo enviar a sua contraproposta, comprometendo-se com a sua celebração formal durante o mês de Novembro.

## Outras freguesias...

Em Outubro, o STML solicitou reuniões a outras Juntas de Freguesia, como a Estrela ou Santa Maria Maior, até ao momento sem data concreta. Na **Estrela**, é propósito do sindicato é saber o ponto de situação sobre o processo de avaliação e respectivas progressões (biénio 2017/18), além de debater os horários de trabalho e as condições de saúde e segurança do posto da higiene urbana localizado na Travessa do Pasteleiro. Em **Santa Maria Maior**, é urgente debater e resolver os problemas apresentados pelos trabalhadores no plenário realizado em Setembro, à porta da sede da Junta, sintetizados na 'resolução' entregue ao Executivo.

O STML percorreu durante o mês de Outubro alguns locais de trabalho das freguesias de **Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide e Campo de Ourique**. Para o mês de Novembro, prevê-se a realização de um conjunto de plenários onde vários dos problemas identificados poderão ser aprofundados com os respectivos trabalhadores, avaliando-se os melhores caminhos à sua resolução.

Destas visitas, sublinhamos o número de trabalhadores com vínculo precário que continuam a existir na freguesia de Benfica, concretamente na limpeza urbana, no mercado, nos jardins-de-infância ou no Palácio Baldaya.

A falta de pessoal continua a ser nota recorrente, independentemente das freguesias a que se fez referência. O argumento de falta de verba para novas contratações, através da abertura de concursos externos para admissão de pessoal, em contraponto a vulgarização das 'prestações de serviços' (vulgo recibos-verdes), não pode continuar a ser argumento para justificar a sobrecarga dos que actualmente desempenham funções, com a inevitável degradação na qualidade do serviço público a que os 'fregueses' têm direito.

Após a realização dos plenários, incluindo também a **Junta de Freguesia de Belém**, já calendarizados no momento em que escrevemos este artigo, será solicitada reunião aos vários executivos. Há muito que o STML enviou uma proposta para negociar (em Belém) ou renegociar (Benfica, SD Benfica, Campolide e Campo de Ourique), o respectivo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), não obtendo até agora resposta. Relembramos que o objectivo é alcançar mais e melhores direitos para os trabalhadores, entre os quais destacamos a atribuição de mais 3 dias de férias com avaliação positiva. Objectivo já alcançado em Carnide, Marvila, Penha de França, Santo António e Alvalade.



# A realidade conturbada no COR

A mudança para os Olivais dos cantoneiros de limpeza que procedem à recolha dos resíduos sólidos, no agora denominado Centro Operacional de Remoção (COR), tem merecido por parte do STML a maior atenção. Esta decisão do executivo da CML de concentrar num único local, toda a actividade da remoção, sempre nos suscitou dúvidas quanto à sua operacionalidade, principalmente devido à elevada concentração de trabalhadores, questões que sempre colocámos tanto aos responsáveis políticos como aos dirigentes dos serviços.

Como temos vindo a referir, não se compreende que um projecto apresente as deficiências detectadas e reconhecidas por todos os intervenientes. A mais visível é sem dúvida o “esquecimento” dum espaço para a instalação da secretaria, onde seria o local de trabalho dos Encarregados Gerais Operacionais (EGO), Encarregados Operacionais (EO) e Assistentes Técnicos (AT).

A ausência deste espaço, levou à deslocação dos AT para fora destas instalações, com os prejuízos inerentes. Este problema permite a que o número de EGO e EO ali colocados, seja muito inferior ao necessário, complicando definitivamente o desempenho destes profissionais e a organização do trabalho que é necessário realizar.

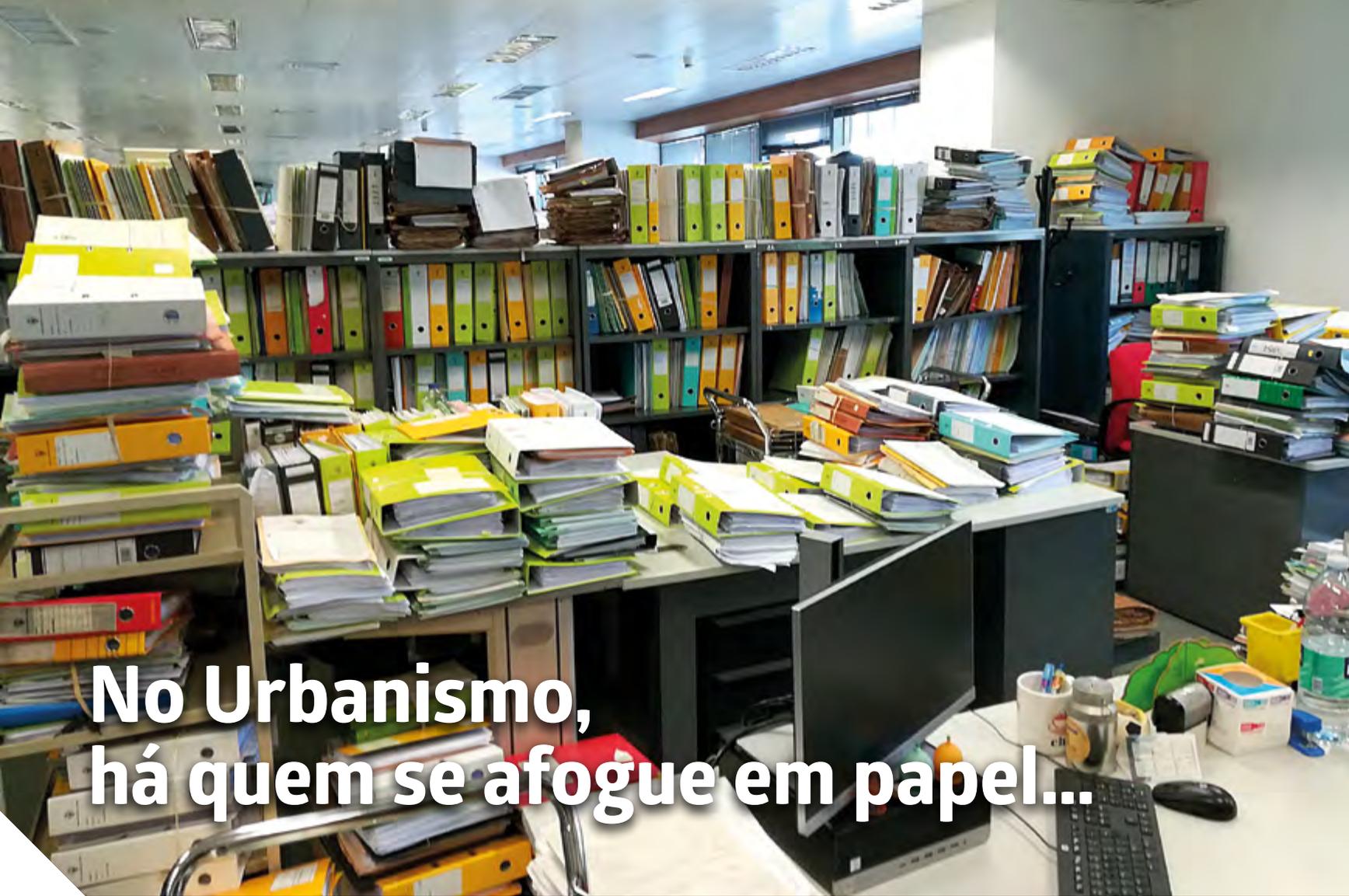
Entretanto, e apesar da insistência do STML face à obra de prolongamento prevista, ninguém da CML responde conclusivamente. Afirmam apenas que o concurso foi lançado, sem assumir uma data para o seu início. O STML desenvolverá todos os esforços até que este problema esteja resolvido. Enquanto tal não se verifica, tem que se adoptar uma solução provisória para acomodar aqueles trabalhadores. Acresce o espaço exíguo da copa, face

aos trabalhadores previstos, situação que deve ser tida em conta na obra a realizar.

Desde meados de Outubro que teve início o controlo de assiduidade biométrico no COR, em regime experimental, à semelhança do que já sucede em todo o Complexo Municipal dos Olivais II e NOR. O STML requereu aos Recursos Humanos (RH), que disponibilize aos trabalhadores, toda a informação sobre as regras de funcionamento desta forma de controlo, que se encontra tanto no regulamento de horários da CML, como no ACEP em vigor. Os RH, estão a elaborar a documentação necessária para responder às dúvidas mais frequentes. Neste momento, o sistema manter-se-á em regime experimental.

Questionada a DMHU, sobre a transferência dos trabalhadores dos dois postos de limpeza da Filipe da Mata e do Valsassina, foi-nos transmitido que neste momento não há data prevista para a sua concretização. Continuam a chegar informações ao sindicato que estão a ser requisitados com frequência cantoneiros dos postos avançados, para efectuarem o serviço de remoção. Esta situação não é admissível, uma vez que estes trabalhadores têm funções específicas.

Há várias situações que são transversais aos trabalhadores das outras orgânicas instaladas neste Complexo Municipal, como o funcionamento do posto médico, sem horários de funcionamento adequados ou pessoal especializado como se exige. A melhoria da qualidade do serviço e dos produtos fornecidos no refeitório e no bar, é outra preocupação dos trabalhadores, que estamos a acompanhar com atenção.



# No Urbanismo, há quem se afogue em papel...

Condições de trabalho, condições de trabalho e mais condições de trabalho... repetitivo, não é?! É mesmo tão repetitivo que os trabalhadores da CML já se cansaram de praguejar de tanto reclamar sobre as suas condições de trabalho!

O silêncio ruidoso que muitos de nós vão emitindo, é o reflexo do cansaço que dia após dia, mês atrás de mês, ano após ano, nos vai consumindo numa luta sem tréguas por condições de trabalho condignas!

Tantos são os casos que, quase vale mais a pena perguntar quais são aqueles locais de trabalho em que os trabalhadores se sentem bem, a sua dignidade de profissionais e pessoas, não é posta à prova, e em que sem pejos os mesmos podem dizer “Eu sinto-me bem! Tenho boas condições de trabalho! Sinto-me feliz aqui a trabalhar! Aqui sinto-me respeitado!”

Parece um dogma, não é? Mas estas frases são aquilo que por norma se devia ouvir em cada posto de trabalho da CML e na boca de cada trabalhador.

Caso concreto, o amontoado de processos e falta de espaço que aparenta afogar muitos dos trabalhadores do Urbanismo da CML. A respiração pesada e difícil, de muitos anos de inalação de partículas pestilentas, faz com que muitos deles tenham que recorrer ao descanso forçado, esperando que tudo não passe de um susto. Até lá, os processos a si distribuídos mudam de mãos para outras já sobrecarregadas, qual baralho de cartas, porque o jogo não pode parar...

Num atropelo completo, em que locais existem em que para um trabalhador sair da sua cadeira se precisam de levantar dois e já agora afastar umas quantas caixas com processos que pululam como pragas pelo chão, eles lá vão resistindo, subsistindo, coexistindo numa teia infernal que a Organização CML, por incúria, negligência e sabe-se lá mais o quê, vai persistindo em não resolver, salvaguardar, proteger, respeitar!

Se não nos respeitam, sejamos nós, os trabalhadores, a lutar pela dignidade, mas também pela aplicação e cumprimento das normas legais que nos devem proteger em sede da saúde e segurança no trabalho.

O STML, como sempre, continuará a denunciar estas situações, apoiando e alertando todos os trabalhadores da CML das JF e Empresas Municipais, dos seus direitos a ambientes de trabalho saudáveis, felizes, amigos de quem exerce a sua actividade com profissionalismo e contra todos aqueles que na pequenez da sua visão míope, transformam o mar que é o trabalho, numa tormenta que a todos afoga e num espartilho que a todos dilacera, sem esperança e sem dó. Bem hajam os Trabalhadores do Urbanismo da CML!

## **Avaliação das condições de trabalho e auscultação dos trabalhadores**

O STML tem levado a cabo uma série de visitas, objectivando conhecer a realidade concreta em termos das condições de trabalho, mas também ouvindo e esclarecendo os trabalhadores sobre os mais diversos assuntos. Estivemos por diversas ocasiões no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, no GEO, no Edifício do Campo Grande, com particular atenção para o que se retrata no texto anterior sobre a área do urbanismo. Neste último local de trabalho, o maior da CML em número de trabalhadores, regressaremos de forma sistemática durante o mês de Novembro, procurando identificar problemas, ouvir expectativas e dúvidas, recolher elementos e informações em todas as direcções municipais, departamentos e divisões. Em Dezembro, estaremos no Edifício do Entrepasto e no Departamento de Formação. Em suma, trata-se de consubstanciar o papel do sindicato nos seus objectivos e natureza, isto é, intervir em defesa dos trabalhadores que o legitimam e justificam a sua existência. Neste caminho continuaremos em 2020, procurando estar no maior número de locais de trabalho.



# Exige-se um edifício único para o Arquivo Municipal de

**A** exigência por um edifício único para o Arquivo Municipal de Lisboa, enquanto uma das capitais mais importantes da Europa, mantêm-se no horizonte como prioridade na luta que há muito se desenvolve. Primeiro pelos trabalhadores, com o STML sempre ao seu lado, depois pelas forças políticas que de forma séria e honesta têm questionado quem, desde 2005, têm o poder efectivo de resolução sobre este assunto. O Executivo municipal do PS, com o BE atrelado ou não, sensível em teoria ao problema exposto e denunciado pelos trabalhadores e sindicato, na prática tem protelado a sua resolução.

A título de exemplo, o grupo de trabalhadores do Arquivo que impulsionou uma petição sobre este problema, entregue em fins de Setembro na Assembleia Municipal de Lisboa, foram ouvidos a 28 de Outubro na 7.ª Comissão que trata assuntos do foro cultural. Questionada pelos deputados municipais dos vários partidos com assento neste órgão, a Vereadora da Cultura, há uma década na autarquia, reproduz o discurso que, no essencial, aponta uma falta de vontade política para a apresentação e concretização definitiva de uma solução – edifício único, reabilitado ou construído de raiz – para o Arquivo Municipal que agregue as suas múltiplas valências. Refere agora a Sra. Vereadora, que para o 1.º semestre de 2020, tudo será devidamente informado e esclarecido, havendo uma “equipa de especialistas”, externo à CML, que estuda as melhores soluções. Paralelamente, não deixa de valorizar os trabalhadores do Arquivo Municipal como “sendo extraordinários”! Verdade! Contudo, deixa-os à margem de todo este processo. Ignora e exclui o seu possível contributo. É pertinente relembrar que os trabalhadores do Arquivo Municipal possuem competências únicas e um conhecimento sustentado em décadas de trabalho nesta área, sendo por isso altamente especializados.

Recorrendo a um velho provérbio utilizado pelo nosso povo, “pela boca morre o peixe”, facilmente se constata o mar de con-

dições onde a vereadora da cultura navega, numa embarcação, porventura, em risco de se afundar, tais são os buracos no casco em termos do argumentário utilizado para abordar a questão do arquivo municipal.

Despersonalizando este assunto, até porque a inexistência de respostas para um edificado único que sirva condignamente de Arquivo, não é responsabilidade exclusiva do vereador X ou vereadora Y, mas de todo um Executivo. Perante este cenário, os trabalhadores, em conjunto com o seu Sindicato, não irão baixar os braços, não se deixando iludir com promessas e discursos bem-intencionados, mas sempre vazios, até agora, de conteúdo.

Sobre a reabilitação e a transferência do Arquivo Municipal para as Torres do Alto da Eira, mesmo sob a capa de “arquivo de retaguarda”, interessa sublinhar:

1. No período de 2002 a 2004, o Arquivo foi transferido do Alto da Eira para o Bairro da Liberdade (uma realocação apontada, então, como “provisória”...). As razões, públicas e conhecidas, apontavam problemas insanáveis a nível de insalubridade (surto de legionella), com consequências dramáticas e fatais;
2. Da ‘comissão’ que avaliou os problemas do Alto da Eira (da qual fez parte o STML, para além da CML e de outros organismos), chegou-se à conclusão que este local não é, não seria e nunca foi solução adequada para instalar o Arquivo Municipal;
3. Em 2014/2015, um “grupo de especialistas”, aponta a reabilitação das Torres do Alto da Eira para, novamente, (re) albergar o Arquivo Municipal. O Executivo, e a actual Vereadora da Cultura em particular, desprezaram as conclusões, formalizadas em ata, do ano de 2002. Com esta opção, desrespeitaram e defraudaram os interesses dos trabalhadores.

Apesar da reabilitação do edificado situado na freguesia da Penha de França, mantém-se o mesmo problema de fundo, isto é, conjuga-se a vertente habitacional com os serviços municipais



# Lisboa

do arquivo, desrespeitando normas e recomendações internacionais sobre o que deve ser, e como devem ser, as instalações de um Arquivo Municipal. Como já se referiu, em edifício único e nunca em 'regime partilhado'.

Acresce sobre este assunto que as condições actualmente existentes, quer no Bairro da Liberdade, quer no 'reabilitado' Alto da Eira, não reúnem as condições que garantam a salvaguarda futura de um espólio de valor incalculável. Documentação, em alguns casos com vários séculos, que transporta a história e a memória colectiva da cidade e do seu povo. Instalações sujeitas a humidades, infiltrações e riscos de inundações inesperadas, seja pela força da natureza ou simples desleixo (mesmo indesejado) dos 'vizinhos' que ocupam as habitações dos pisos superiores.

Problemas iguais quando se refere outras valências do Arquivo, como o do Arco do Cego, do Fotográfico ou da Videoteca. Sem esquecer a Hemeroteca, responsável pelo guarda do arquivo de publicações periódicas, de valor inestimável e sem mínimas condições para esse fim.

Aparentemente, apenas o Executivo municipal faz 'tábua rasa' dos inúmeros alertas e denúncias sobre a degradação acelerada, em alguns casos a níveis irreversíveis, face às condições em que actualmente se procede à conservação desta documentação.

Foi neste contexto, que em plenário convocado pelo sindicato e realizado com os trabalhadores a 8 de Novembro, se decidiu avançar com um conjunto de acções que procuram sensibilizar a opinião pública para este problema. Entre várias acções de protesto que se erguem no horizonte, contra a inércia e as promessas sucessivamente adiadas pelo Executivo de Fernando Medina, ficou já decidido para 28 de Novembro, uma concentração à porta do local de trabalho.

## Proteção Civil sem condições de trabalho e em local impróprio

Em fins de Setembro, o STML endereçou ao Presidente da CML um 'relatório' sobre as péssimas condições de trabalho com que se confrontam os trabalhadores do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), reinstalados em 2017 no Monsanto, concretamente no Complexo Municipal da Cruz das Oliveiras.

A referida exposição, foi igualmente enviada para conhecimento a todos os Vereadores da CML, à Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. Fundamentada nas visitas realizadas pelo STML, em Abril e Setembro deste ano, muitos foram os problemas encontrados. Matérias que deveriam estar solucionadas antes da mudança dos respectivos trabalhadores, em Abril de 2017, da Praça de Espanha para o Monsanto. Os compromissos assumidos pelo Executivo, ter-se-ão perdido pelo caminho uma vez mais?

Ao longo dos últimos dois anos, tiveram lugar intervenções mínimas, inconsequentes até. Actualmente, em síntese, descobre-se que existem infiltrações; climatização inadequada ou mesmo inexistente (caso evidente na Central de Comunicação); ausência de vestiários, cacifos e balneários apropriados; inexistência de espaço para formação e de uma sala com dimensão adequada à instalação de um "centro de crise"; ausência de sala para receber munícipes; falta de pessoal a vários níveis e com distintos perfis profissionais (nas três carreiras – AO, AT e TS); sem transportes públicos em quantidade suficiente, associado a acessibilidades limitadoras, nalguns casos mesmo impeditivas no acesso às instalações (ex. pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais); praga real de melgas (problemas no saneamento) que inferniza a vida dos trabalhadores; planos de emergência que não cumprem as regras impostas por lei; falta de viaturas imprescindíveis ao trabalho diário, entre outros problemas. Em suma, o edifício onde foi instalado o SMPC está obsoleto, degradado e apresenta problemas estruturais que dificilmente serão devidamente solucionados.

Neste contexto, o STML relembrou os responsáveis máximos da autarquia da importância deste serviço no campo da prevenção, estratégia, planeamento, organização e intervenção na cidade de Lisboa, em áreas tão sensíveis para a segurança e bem-estar da população. A sua eficácia depende em grande medida de boas condições de trabalho, além da existência, em termos quantitativos e qualitativos, dos indispensáveis meios humanos, materiais e mecânicos.

Por outro lado, assume o Sindicato, depois de auscultados os trabalhadores que a mudança de instalações em 2017, da Praça de Espanha para Monsanto, revelou-se uma má decisão em termos estratégicos. Estando o SMPC instalado numa zona florestal, mais facilmente poderá ser alvo de ameaça de incêndio, mesmo de baixa ou média intensidade. Perdendo a centralidade que já teve, perdeu igualmente eficácia e qualidade.

Acresce nesta realidade, total desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, numa postura à qual se deverá conjugar a expectável incapacidade de intervenção deste serviço público, com todas as consequências negativas, e como tal indesejáveis, na prevenção e segurança de quem vive e trabalha em Lisboa.

Acrescenta-se a formalização pelo sindicato, a 8 de Novembro, de uma denúncia junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) sobre a realidade actual do SMPC.

O STML e os trabalhadores do SMPC exigem do actual Executivo a assunção das medidas necessárias, de natureza pontual, a curto prazo, e de matriz estrutural, a médio e longo prazo, que resolvam os problemas identificados e supramencionados.

# (in)culturas



## Biblioteca Palácio das Galveias (BPG)

Em Junho passado, os trabalhadores da BPG denunciaram ao STML inúmeros problemas que colocavam em risco a sua segurança, mas também a dos utentes, além de muitas outras situações que não respeitavam os seus direitos e muito menos as suas expectativas. Em conjunto com o Sindicato, desenvolveram-se várias iniciativas de sensibilização da opinião pública, exigindo em simultâneo ao Executivo municipal a resolução dos problemas identificados. Da reunião de 3 de Julho com a Vereadora da Cultura, com a presença da respectiva Chefe de Divisão, pouco foi avançado.

Nos meses seguintes, apenas alguns dos problemas denunciados foram de facto solucionados através do que podemos denominar de 'pequenas operações de cosmética'. Mesmo assim, não será despropositado afirmar que este caminho só foi possível depois da pressão assumida pelos trabalhadores e STML. Em síntese, no campo da segurança para uma área de cerca de 4 mt<sup>2</sup>, passou-se de um elemento de segurança para dois, ainda insuficiente. Já teve lugar, durante o mês de Outubro, um simulacro, em alguma medida avançando na construção de um efectivo plano de emergência, obrigatório por lei e ausente deste espaço desde a sua reabertura em 2017. Foram reparadas algumas partes do teto, onde o estuque caiu, apesar dos episódios que recorrentemente sucedem nesta dimensão, até agora sem consequências dramáticas...

Contudo, para além dos problemas que persistem (infiltrações, climatização deficiente, falta de pessoal), o que sobressai igualmente em todo este processo é o profundo incómodo que os problemas tornados públicos pelo STML provocaram junto das hierarquias da Direcção Municipal da Cultura (DMC). As tentativas das chefias em separar e desconstruir a equipa da BPG revelam, na prática, a lógica do 'castigo por mau comportamento' junto dos trabalhadores que consideraram ser os mais reivindicativos.

Uma postura que merece do Sindicato total repúdio. Práticas que nos fazem lembrar o tempo que a revolução de 1974 deitou por terra, e que muitos agora, supostamente, se esforçam por desenterrar. A certeza da união e força dos trabalhadores, associado à confiança no seu Sindicato, serão as principais 'armas' contra este tipo de posturas que, a todos os níveis, são inaceitáveis e condenáveis.

Por último, sobre uma das questões mais sensíveis levantada pelos trabalhadores, o STML avançou a 17 de Julho, junto da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), com a proposta em rever os horários de trabalho da BPG que se confundem, incompreensivelmente, com o horário de funcionamento deste equipamento. Aguardamos ainda que a DMRH calendarize o respectivo processo negocial.

## Rede de Bibliotecas

O Sindicato prevê para 15 e 20 de Novembro visitar todas as bibliotecas sob alçada da CML. O objectivo é avaliar condições de trabalho e auscultar os respectivos trabalhadores. Muitos são os problemas que interessa conhecer detalhadamente. Dar-se-á conta do apuramento realizado, interagindo oportunamente com os responsáveis políticos e hierárquicos da autarquia.

## Biblioteca Museu República e Resistência (BMRR)

Sem aviso prévio aos trabalhadores e sindicato, encerrou para obras a 14 de Novembro este equipamento. As questões suscitadas em Julho à Vereadora da Cultura, ficaram por responder até hoje. Concretamente sobre o destino imediato dos trabalhadores, qual o futuro do espólio, durante o período de obras e depois da sua conclusão, qual o destino do edificado que foi construído deliberadamente para acolher a BMRR? Erguem-se no horizonte nuvens sombrias, ao qual o STML não é insensível, não deixando de questionar a CML sobre este caso em particular.



# municipais

## **Complexo Municipal da Boavista (DMC e DDS)**

Desde Junho que o STML tem acompanhado a mudança de instalações da Direcção Municipal da Cultura (DMC) e do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) para o Complexo da Boavista. Durante os meses seguintes, várias foram as interpelações e exposições junto do Executivo e da DMRH para solucionar um conjunto de problemas que deveriam estar resolvidos muito antes de os trabalhadores estarem fisicamente nas 'novas' instalações. Práticas que o Sindicato não se tem cansado de criticar, face à ausência de planeamento e organização nos processos de mudanças de instalações. Acabam sempre por serem os trabalhadores a terem que suportar o ónus de quem 'não pensa antes de agir'...

Somente a 31 de Outubro, é recepcionado formalmente um conjunto de respostas do Gabinete do Vice-Presidente da CML às várias questões denunciadas pelo STML. Em síntese, aos problemas que se exigem respostas no imediato, são apontados prazos para 2020 (conhece-se o 'historial' dos prazos assumidos pela CML e a realidade concreta que os acompanha); reparações e intervenções que não se sabe muito bem quando se concretizarão efectivamente, porque dependentes dos sempre morosos "procedimentos concursais de adjudicação", ou de cabimentações, aguardando "disponibilidade orçamental"; ou ainda de avaliações e análises... Em suma, protelam as soluções que os trabalhadores exigem, justa e legitimamente, no mais curto espaço de tempo possível. Poderíamos afirmar que a CML continua impávida e serena com a sua política de 'gestão de expectativas' perante os problemas que poderiam ter sido evitados, com antecedência, diálogo e planeamento.

## **Maria Matos de portas fechadas quando celebra meio século de vida**

No passado dia 26 de Outubro, o Teatro Maria Matos cumpriu 50 anos de existência. Ao contrário daquilo que seria desejável, este meio século de vida de uma das salas de espectáculos emblemática de cidade foi remetido ao esquecimento, resultado da desastrosa decisão que o Executivo PS/BE tomaram, há quase dois anos, de concessionar este equipamento municipal.

Como se sabe, e em resultado daquilo que a Vereadora da Cultura apelidou de "reestruturação dos teatros municipais" (que passou pela abertura em 2018 do Teatro Luís de Camões, na Ajuda, e pelo arrendamento do Teatro do Bairro Alto, ao Largo do Rato), o Maria Matos fechou portas há quase ano e meio, perspectivando-se um contrato de concessão com uma empresa privada com vista a transformar o Teatro num palco destinado a uma programação de cariz mais popular e comercial.

Apesar da polémica decisão, e do desinvestimento brutal que a CML fez num trabalho de 10 anos na criação e fidelização de públicos e de relação com o território envolvente, foi aberto um concurso público, tendo saído vencedora a proposta da produtora Força de Produção (responsável por inúmeros espectáculos exibidos no Teatro Villaret e no Teatro da Trindade) em detrimento da Yellow Star Company (produtora responsável pela programação para adultos no Teatro Armando Cortez). Porém, a decisão foi contestada em tribunal pela proposta vencida resultando num impasse que mantém o Maria Matos encerrado até decisão judicial definitiva.

Demonstrando uma enorme falta de sentido de responsabilidade e de respeito pelo bem público, o actual presidente de câmara e a sua vereadora demonstram, em todo este processo que, aliás, já poderia ter sido revertido em nome dos interesses da cidade, um total desnorte quanto ao sector da cultura.



# EGEAC

## Trabalhadores da Gebalis reivindicam aumentos salariais para 2020

No passado mês de Outubro, os trabalhadores da Gebalis aprovaram em plenário a proposta dos Sindicatos de aumentos salariais para 2020 e que será apresentada, agora, ao Conselho de Administração (CA) da empresa municipal.

O STML e o STAL viram, assim, a sua iniciativa para a valorização dos salários, em conformidade com a proposta da CGTP-IN, ser assumida pelos profissionais da Gebalis. A mesma consiste no aumento do salário em 90 euros para todos os trabalhadores e na definição de um salário base situado nos 850 euros. A proposta avançada pelos sindicatos, outorgantes do Acordo de Empresa (AE), foi aprovada por maioria – apenas com um voto contra.

O plenário também serviu para abordar as condições de segurança e saúde (SST) na empresa. Os presentes foram então informados do envio ao CA do relatório que resultou das diversas visitas efetuadas aos locais de trabalho. Um documento que inclui observações tendo em vista a melhoria das condições de trabalho na Gebalis. Foram apresentadas as situações mais prioritárias:

- Gabinetes de Bairro em instalações provisórias, ou com necessidade de mudança de instalações ou com necessidade de obras de requalificação;
- Mudança da sede da Gebalis para espaço adequado e para fora de BIP-ZIP;
- Mudança do posto de trabalho da equipa de eletricistas;
- Estacionamento gratuito para veículos de trabalho e particulares nas zonas de atuação da Gebalis.

Os trabalhadores aproveitaram o momento para colocarem outras questões:

- Necessidade do GB da Ameixoeira deixar de estar sediado neste bairro, uma vez que os níveis de insegurança estão a subir;
- Atribuição, de forma permanente, do subsídio de insalubridade, penosidade e risco aos fiscais;
- Reavaliação da tabela salarial por forma a aproximá-la dos valores auferidos pelos técnicos superiores da Função Pública;
- Reavaliação da posição na tabela salarial no que respeita à função de fiscal;
- Atribuição de subsídio a trabalhadores com incapacidade temporária.

O STML irá apresentar todas estas situações em reunião com o CA. Após a realização da mesma e estabelecimento de um prazo, se as más condições de trabalho persistirem, os dois sindicatos irão apresentar queixa à ACT.

Aos trabalhadores que acham estar mal posicionados na tabela salarial foi sugerido o envio de pedido de reavaliação à Comissão de Acompanhamento do AE.

## Na EGEAC, foi fechado o processo negocial de aumentos salariais para 2019

A 14 de Outubro último, o STML reuniu com o Conselho de Administração (CA) da EGEAC para discutir vários assuntos, com ênfase para o processo negocial de aumentos salariais do ano que está prestes a terminar.

Sobre este tema, foi com enorme decepção que o Sindicato constatou a irredutibilidade da empresa em matéria de negociação. No essencial, o CA fechou-se na sua posição inicial, ignorando o seu parceiro negocial e, com isto, a vontade dos trabalhadores. Em suma, insistiu e encerrou este processo negocial com base na sua contraproposta, de 1%, apresentada ao sindicato nas primeiras reuniões de negociação realizadas no início do ano. Obviamente, muito aquém do proposto por STML e trabalhadores.

Relembramos que o STML demonstrou toda a flexibilidade necessária, aproximando a sua proposta inicial das preocupações, reais e fictícias, verbalizadas pelos membros do CA. O mesmo não se verificou do 'outro lado da mesa'. À margem da forma como decorreram e foram concluídas as negociações de 2019, os trabalhadores receberam a referida actualização salarial no passado mês de Outubro, com retroactivos a Janeiro.

Dando continuidade a este processo, o STML irá iniciar durante o mês de Novembro, os contactos com os trabalhadores da empresa, de todos os locais de trabalho, para construir a proposta de aumentos salariais de 2020, a apresentar ao CA, se possível, antes do fim deste ano.

## Outros assuntos

A EGEAC informou o sindicato que a elaboração do modelo de avaliação está numa fase adiantada, pretendendo implementar o mesmo no início de 2020. O STML demonstrou ser parte interessada neste processo, solicitando que fosse auscultado com a devida antecedência. Reforçou ainda a ideia que rejeitará qualquer modelo que funcione sustentado por um sistema de quotas. Até ao momento, ainda não foi recepcionado no sindicato, a proposta, com as suas especificidades e objectivos, que o CA quer implementar.

Outro tema que tem merecido forte debate, é o que se prende com a rotatividade do gozo do descanso semanal obrigatório e complementar. Não obstante os diferentes entendimentos, foi demonstrada abertura para a realização de uma reunião técnica que vise o consenso entre o Sindicato e, por seu intermédio, os trabalhadores, e os responsáveis hierárquicos da empresa.

# A Segurança Social e a ofensiva da direita para a destruir



Foi recentemente aprovado pela CGTP-IN, o documento “Por um Portugal com futuro, avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores” onde se definem as prioridades da política reivindicativa para 2020.

Desse documento destacaremos, sintetizando, a abordagem de um tema que interessa a todos os trabalhadores e aos reformados em particular, que é o da Segurança Social, uma das grandes conquistas de Abril.

Depois de profundos ataques ao longo dos anos, intensificados com a troika, ocorreu, em 2015, uma alteração da relação de forças na Assembleia da República que provou que a recuperação de direitos não só favoreceu a situação financeira do país, mas também a da própria Segurança Social.

Alguns dos direitos recuperados, que importa salientar: actualização anual das pensões; actualizações extraordinárias; reposição do pagamento por inteiro do Subsídio de Natal aos pensionistas; alargamento do 1º escalão; actualização do valor do Indexante dos Apoios Sociais; novo regime de pensões antecipadas, embora insuficiente; criação e melhoria do apoio extraordinário aos desempregados de longa duração e eliminação da redução de 10% do montante diário do subsídio de desemprego após 180 dias de concessão; alargamento do abono de família; melhorias em prestações sociais não contributivas e a criação da prestação social para a inclusão; revogação da suspensão

do pagamento do complemento por dependência a quem tenha rendimento superior a 600 euros.

A ofensiva da direita intensificou-se em 2019 com a aproximação de nova legislatura. Em Março, o Conselho de Finanças Públicas divulgou um estudo que ataca o sistema de repartição baseado no princípio da solidariedade intergeracional considerando-o insustentável devido ao envelhecimento da população. Ainda em Março, um relatório da OCDE ataca as pensões públicas em Portugal com o argumento de que não combatem a pobreza. A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património “descobre” que o Estado não terá meios no futuro para pagar pensões, propondo um sistema misto com uma componente privada obrigatória. Em Abril foi apresentado um estudo patrocinado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (grupo Jerónimo Martins), com grande relevo na comunicação social, onde se afirma que o envelhecimento da população põe em causa a sustentabilidade financeira da segurança social. Baseia-se em previsões alarmistas sobre a evolução demográfica e económica para um período muito prolongado (até 2070). As alternativas previstas são o aumento da idade da reforma, o corte das pensões, o aumento das contribuições e a passagem a um regime inspirado na capitalização das pensões.

Em suma: alarmismo social, ataque à Segurança Social pública, redução de direitos, confronto das gerações (opondo ativos a reformados) e catastrofismo demográfico. Objectivo: mudança do regime de repartição, transformando a Segurança Social em mais um negócio para o sector financeiro.

## E agora, com o novo Governo PS?

No programa de Governo neste domínio e frustrando promessas antigas, não encontramos medidas para a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social e surgem propostas no sentido de fomentar o recurso a esquemas complementares de pensões, o que merece a nossa total discordância.

A procissão ainda vai no adro, mas uma coisa é certa:

**há muita luta pela frente.**



## Encontro Nacional da CGTP-IN

49 Anos de existência da CGTP-IN completados no passado dia 1 de Outubro! É mais um marco na vivência da maior e mais antiga Central Sindical Portuguesa, comemorado a 11 de Outubro, num grande plenário nacional de sindicatos realizado em Almada. Também momento para refletir sobre o XIV Congresso, previsto para Fevereiro de 2020, do programa do seu cinquentenário e da política reivindicativa futura.

Herdeira de um passado sindical de luta e resistência ao fascismo, por parte de gerações de assalariados, é hoje a vanguarda da defesa dos direitos dos trabalhadores e uma força capaz de se adaptar aos novos desafios e ameaças que espreitam em cada momento.

Fazer jus a esse passado, foi e é o melhor tributo para enaltecer todos aqueles trabalhadores que permitiram que Abril acontecesse e se consolidasse. Perante novas formas de exploração, opressão, e retirada de direitos, que as forças do grande capital sempre tentam esgrimir, em prol do seu lucro fácil e desumanizado, cabe aos trabalhadores e à sua Central Sindical cerrar fileiras na defesa de uma melhor qualidade de vida e das suas famílias.



# Solidariedade internacional com os povos que não se deixam vergar

## Argentina

A 27 de Outubro, os partidos de direita foram derrotados nas urnas. A vitória alcançada pela coligação eleitoral Frente de Todos, devolve a esperança aos trabalhadores e ao povo argentino, vítimas das violentas políticas neoliberais, de brutal retrocesso social e ao saque, impostas nos últimos quatro anos pelo governo do Presidente Macri e o FMI.

## Bolívia

A reeleição, através de eleições democráticas a 20 de Outubro, de Evo Morales como presidente do país e que liderou o processo progressista boliviano desde 2006, foi minada de forma quase imediata pelas forças reacionárias que nunca lhe perdoaram a nacionalização dos recursos naturais, nomeadamente o petróleo e o gás. Acresce o facto de este país ter as segundas maiores reservas de lítio do mundo em valor absoluto e das mais fáceis e menos onerosas de explorar. É fácil de perceber o interesse pelo que se pode explorar na Bolívia. Através de desestabilização bem orquestrada, concretizou-se o golpe de Estado a 10 de Novembro, liderado pelos militares, sempre apoiado pelos velhos oligarcas, vassallos e defensores dos interesses dos Estados Unidos. Caberá ao povo boliviano mobilizar-se na defesa da democracia e do seu direito à independência e autodeterminação.

## Chile

Prosseguem os protestos populares contra as políticas neoliberais do presidente Piñera e continua também a violenta repressão dos manifestantes pelas forças policiais e militares. A plataforma 'Unidade para a Mudança' apresentou um conjunto de propostas para a saída da crise, entre as quais sobressai a exigência de elaboração de uma nova Constituição através da eleição de uma assembleia constituinte. O salário mínimo acima da linha da pobreza; a valorização das pensões; a jornada de 40 horas; a redução dos preços dos transportes; o congelamento dos preços dos serviços essenciais; a reforma fiscal; a renacionalização da água; a exploração dos recursos naturais pelo Estado; e o reconhecimento da plurinacionalidade aos povos indígenas são algumas das restantes propostas. Inegável, o facto do povo chileno se erguer em massa, determinado em derrotar a linha neoliberal que os tem conduzido a uma pobreza desmesurada. As dimensões dos protestos no Chile atingem patamares inéditos na história recente do país.

## Catalunha

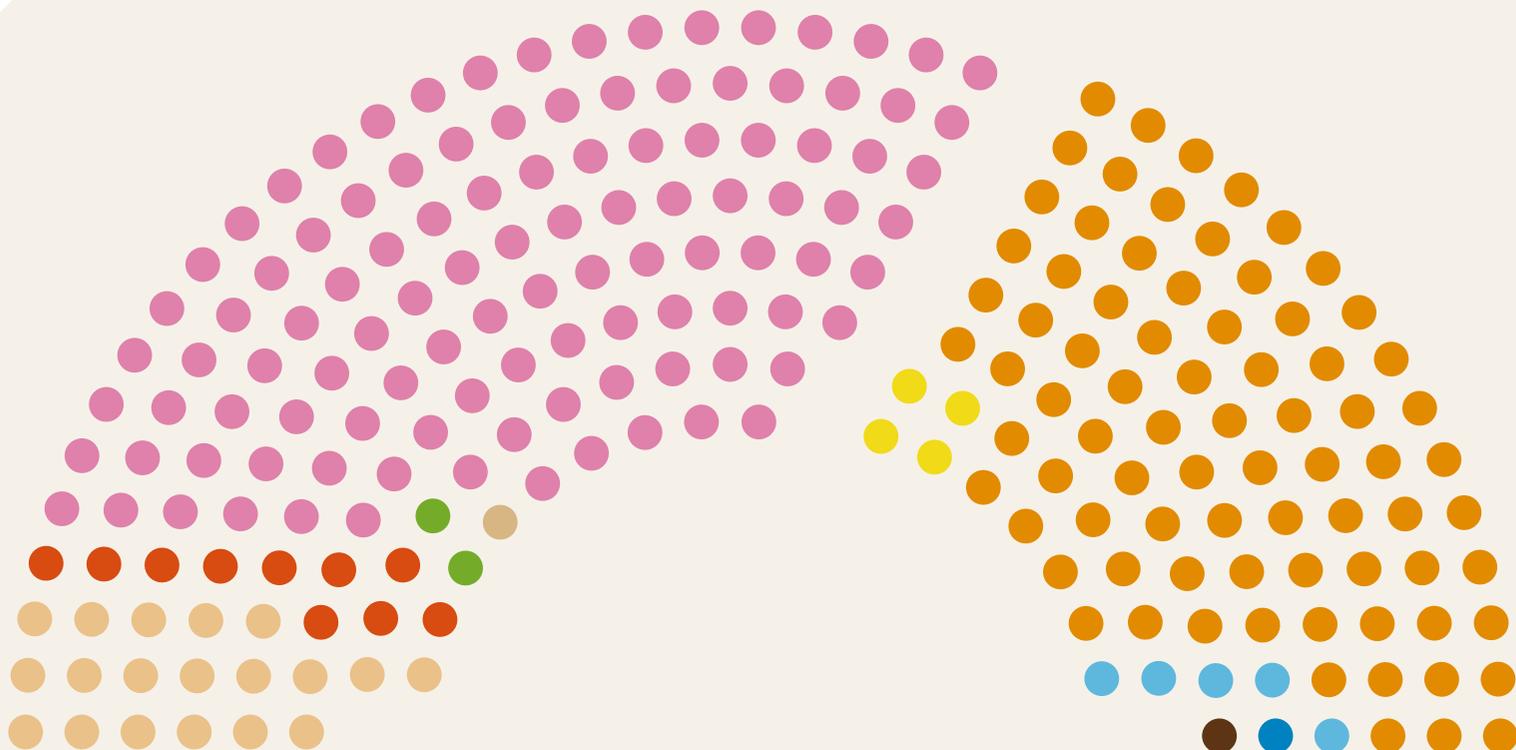
A condenação a prisão de dirigentes políticos e sociais catalães demonstra que o cariz opressor do Estado espanhol continua bem presente, 40 anos depois do fim do fascismo franquista. Ao judicializar uma questão eminentemente política, o regime espanhol oblitera a questão catalã, fazendo tábua rasa de profundas raízes históricas a que uma solução repressiva só pode complicar e agravar ainda mais.

Sintomáticas têm sido as manifestações populares em Barcelona, em Girona e um pouco por toda a Catalunha, expressões cabais da profundidade de sentimentos nacionais que não podem continuar a ser negados em nome da Constituição monárquica e do ordenamento jurídico que, ao contrário do corte com o fascismo que a Constituição portuguesa saída da Revolução de Abril significou, é produto directo de uma transição pacífica com o franquismo.

Neste cenário, é também inadmissível a postura do primeiro-ministro espanhol Pedro Sanchez e do PSOE. Apostando nas condenações políticas e numa resposta autoritária à situação nas ruas, o PSOE alinha com o cariz mais reacionário e até fascizante da direita "espanholista", personificada nos discursos do PP e, sobretudo, na extrema-direita do Voz, que enverga como bandeira eleitoral a retirada do estatuto de autonomia à Catalunha.

## Equador

Também neste país, o povo indígena se levanta contra as políticas neoliberais impostas pelo FMI, com a cumplicidade de um governo antissocial. A suspensão do diálogo entre o movimento indígena e o governo marca a situação política no Equador. O presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie), Jaime Vargas, explicou que interrompeu as conversações porque não podiam estar sentados à mesa a dialogar enquanto eram perseguidos. Foi, entretanto, instalado o Parlamento dos Povos, para elaborar um projecto de modelo económico que defenda os interesses dos trabalhadores. Em Outubro, os protestos populares no Equador forçaram o governo a recuar na subida dos preços dos combustíveis e noutras medidas de «austeridade» impostas pelo FMI.



# Mais Esquerda, menos Direita, mas mais incertezas...

As eleições legislativas de 6 de Outubro deram a vitória ao PS, embora sem maioria absoluta. O novo Parlamento, que tomou posse há poucos dias, denota um reforço claro dos partidos de Esquerda, demonstrando que os eleitores desejam efectivamente uma mudança de políticas concreta e objectiva. Mas, será esta a leitura do PS?

A solução política que permitiu a consumação da última legislatura, batizada jocosamente por “geringonça”, saiu claramente reforçada no último acto eleitoral. Embora hoje as circunstâncias sejam profundamente diferentes de há quatro anos, quando a coligação de direita PSD/CDS-PP venceu as eleições, mas não conseguiu uma maioria parlamentar capaz de suportar o governo, os eleitores votaram claramente à esquerda, com a direita a somar a mais expressiva derrota de sempre em eleições (com o PSD a eleger 79 deputados; o CDS apenas 5; e os novos partidos Iniciativa Liberal e Chega, com um cada).

O resultado destas eleições é uma demonstração clara do reconhecimento pelos importantes passos dados na defesa, reposição e conquista de direitos, no seguimento da interrupção da acção de um governo e de uma política absolutamente desastrosas para o País e o povo. Ao mesmo tempo, ao ser negada ao PS uma maioria absoluta, os eleitores ambicionam uma rutura com a política de direita, embora sabendo que, por opção do PS, se irão manter constrangimentos que limitam e impedem a resposta aos problemas nacionais e às aspirações do povo português.

Porém, e pela mudança de circunstâncias em relação a 2015, novas questões se levantam acerca daquela que será a atuação do novo governo. O PS reforçado assumiu estar aberto ao diálogo

com BE, PCP, PEV, PAN e Livre, mas não fecha a porta a entendimentos com o PSD. Não há, portanto, um sinal claro de recusa da política de direita, e as declarações alinhadas com os ditames de Bruxelas por parte do ministro das finanças Mário Centeno, fazem mesmo temer o pior. Isto se não quisermos continuar a apontar a nova Lei do Trabalho, fruto do alinhamento de PS/PSD/CDS, ainda na anterior legislatura, que terá de ser combatida com a mobilização firme dos partidos de esquerda e de todos os trabalhadores.

Não podemos, pois, deixar de estar reticentes com as muitas incertezas que pairam neste momento na situação política nacional. À data de fecho desta edição, o PS anunciou publicamente o agendamento de reuniões com o BE e com o PCP com vista ao Orçamento do Estado do próximo ano. Veremos assim com que disposição estará o PS para negociar à esquerda, estando convictos que nenhuma destas forças políticas irá passar cheques em branco ao partido de António Costa.

Para além da evidente derrota da direita, o acto eleitoral de 6 de Outubro ficou ainda marcado pela entrada na Assembleia da República de três pequenos partidos, sendo que dois deles assumem, claramente, um discurso radical de direita: o Iniciativa Liberal, assumindo o extremismo neoliberal revestido de uma bafienta modernidade; e o Chega, através de um discurso muito próprio dos neofascismos que estão a irromper e a afirmar-se por toda a Europa, e não só. Sinais preocupantes que, embora ainda ténues, poderão vir a marcar, com o alto patrocínio de uma comunicação social “tabloidizada”, os tempos mais próximos.

# Manifesto Reivindicativo dos trabalhadores da administração pública entregue ao Governo



Realizou-se a 6 de Novembro, um Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), junto do novo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (sediado provisoriamente no edifício da Presidência do Conselho de Ministros). O objectivo desta acção, centrou-se na entrega do Manifesto Reivindicativo para o ano 2020, associado à posição da FCSAP sobre o Programa Eleitoral do Governo PS para a Administração Pública (AP).

A nova legislatura inicia-se num quadro em que o Primeiro-Ministro afirma a continuação das políticas que nortearam o Governo durante os últimos quatro anos. Contudo, os trabalhadores, como afirmado inúmeras vezes, entendem que a política seguida, apesar de alguns avanços, ficou aquém das suas expectativas.

É urgente encontrar respostas aos problemas dos trabalhadores e do País. Não será aceitável que o governo mantenha os salários congelados pelo 11.º ano consecutivo! Ou mostre intransigência em relação à desvalorização das carreiras profissionais, ou não erradique de forma séria a precariedade. Ou ainda, que continue a negar condições de aposentação dignas. Deste modo, é essencial que o Governo considere outras opções, investindo nos serviços públicos, dotando-os de meios humanos suficientes à prestação de um serviço público de qualidade e universal.

**No centro das reivindicações e a partir de Janeiro, o aumento de 90€ nos salários de todos os trabalhadores. Indissociável, rever a Tabela Remuneratória Única (TRU), corrigindo todas as posições remuneratórias.**

Também essencial, a recuperação das carreiras profissionais, com formas de progressão mais favoráveis aos trabalhadores e, de uma vez por todas, revogar o siadap, adoptando um sistema de avaliação sem quotas.

**Acrescem, ainda, as seguintes reivindicações:**

- Actualização do subsídio de refeição para 6,50€;
- Contagem de todo o tempo de serviço nas carreiras em que as progressões dependem deste factor.

**Reposição:**

- do valor do pagamento das horas extraordinárias e do descanso compensatório;
- dos 25 dias de férias;
- da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal;
- do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

Por outro lado, urge proceder à **identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido** e a **regulamentação e actualização dos suplementos remuneratórios**, destacando o suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

A FCSAP defende ainda a **manutenção da ADSE** como sistema público complementar de saúde, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses, para os aposentados e trabalhadores.

No dia seguinte, **a 7 de Novembro**, a FCSAP reuniu com a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública. O objectivo, para além das apresentações formais face ao início de uma nova legislatura, foi conhecer os elementos deste ministério, responsável e sede das negociações futuras sobre as reivindicações supramencionadas.

A Frente Comum espera que o Governo corresponda em termos de opções políticas, ao conjunto de problemas e expectativas dos trabalhadores, desde já no contexto do que será a apresentação da proposta para o Orçamento do Estado/2020.

À margem dos formalismos institucionais, sempre necessários é certo, **o epicentro da maior ou menor capacidade de se obter o que legitimamente nos foi negado por demasiado tempo, será na disponibilidade para a organização e luta dos trabalhadores das várias administrações públicas.** Nada nos será dado de 'mão beijada.'



**FESTA DE NATAL DO STML** Para 1 e 8 de Dezembro, às 19h00, prevê-se a realização da habitual festa de natal com a ida ao circo. Uma festa dirigida aos associados, mas também aos seus filhos. A companhia do Circo Cardinali, localizado no Parque das Nações, acolherá os trabalhadores do município, associados do STML.

A distribuição dos bilhetes, será nos dias 27 a 29 de Novembro, entre as 09h30 e as 17h30, na sede do STML. A declaração (para o levantamento dos bilhetes), foi enviada para casa de todos os associados via CTT. Nos casos em que se verifique a existência de filhos dos 4 aos 14 anos, deverão acompanhar a referida declaração, com o respectivo Cartão de Cidadão que comprove a sua idade.

**A Direcção do STML deseja a todos um excelente espectáculo e, acima de tudo, umas boas festas!**